

Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Fis. 09
CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA
TURISTICA DE PARAGUACU PAULISTA
PROTOCOLO N. 12819
24/08/2011 15:03:04
FUNCIONARIO RESPONSÁVEL

PARECER Nº 031/11

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Proposta de Emenda a LOM nº **0001-2011**

Autor: **Mesa Diretora e Outros**

*"Acrescenta § único ao artigo 13
da Lei nº 1.616, de 10/10/1990,
que fixa o número de Vereadores
para o Município"*

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reunindo seus membros nesta data, após ouvir os argumentos do nobre Vereador Relator, conclui pela constitucionalidade e legalidade da matéria, fazendo do competente Relatório o seu Parecer.

Portanto, esta Comissão emite **PARECER FAVORÁVEL** à Proposta de Emenda a LOM nº 0001-2011, reservando ao Plenário a decisão final.

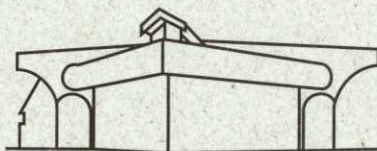
Palácio Legislativo Água Grande, 24 de agosto de 2011.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação:

ALMIRA RIBAS GARMS
Presidente da Comissão

MAURO GOLDIN
Secretário e Relator

NILSON CARLOS ITELVINO
Membro Interino



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Fls.: 10
2011

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Proposta de Emenda a LOM nº 0001-2011

Autor: **Mesa Diretora e Outros**

“Acrescenta § único ao artigo 13 da Lei nº 1.616, de 10/10/1990, que fixa o número de Vereadores para o Município”

RELATÓRIO

O Projeto de Lei em pauta foi encaminhado a este relator para análise e Parecer.

Este Projeto dispõe sobre o acréscimo do § único ao artigo 13 da Lei nº 1.616, de 10/10/1990, que fixa o número de Vereadores para o Município.

O mesmo conta com Parecer pela legalidade emitido pelo Procurador Jurídico da Casa, pois está de acordo com o preceituado no artigo 200, inciso I do Regimento Interno desta Casa e art. 30, inciso I, da Constituição Federal, além de atender o disposto no inciso I, art. 197 do Regimento Interno e inciso I, art. 52 da Lei Orgânica do Município.

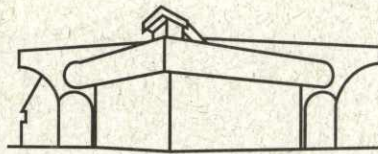
A Emenda Constitucional nº 58/09, de 23/09/2009 alterou a alínea “c”, inciso IV do art. 29 da Carta Magna de 1988, definiu mais claramente que o número de Vereadores seria proporcional à população do Município, observado o limite máximo.

Em decorrência desse dispositivo, a Lei Orgânica do Município, calcada no princípio da autonomia municipal, define seu quantitativo de Vereadores de acordo com critérios próprios, atendido o limite expresso na Constituição Federal.

Com efeito, dentro do modelo de democracia representativa fixado pela Carta Magna, o Vereador é o representante popular que está mais próximo da população, por exercer seu mandato junto à municipalidade. Em consequência, tem pleno conhecimento dos problemas enfrentados pela comunidade e pode traduzir tais problemas em sugestões de soluções a serem implementadas pelo Poder Executivo.

As atribuições do Poder Legislativo municipal são inúmeras, entre as quais se destacam a de aprovar as leis que regerão os Municípios e a de fiscalizar as ações da Prefeitura, dando respostas à comunidade sobre os seus anseios.

Analisando referido Projeto quanto aos aspectos referentes à constitucionalidade, legalidade e formalidades gramaticais, e embasados no parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Casa, não encontramos vícios que possam impedir sua tramitação.



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Fls.: 11
LOA

VOTO DO RELATOR

Analizados todos os aspectos que me competem, manifesto meu **VOTO FAVORÁVEL** à Proposta de Emenda a LOM nº 0001-2011, de forma a dar continuidade aos trâmites regimentais deste Projeto, recomendando a esta Comissão o mesmo procedimento.

Palácio Legislativo Água Grande, 23 de agosto de 2011.

MAURO GOLDIN
Relator